



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### LEI Nº 964/2000

“Cria o Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Lajinha Minas Gerais, por seus Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar com a finalidade de assessorar o Governo Municipal na execução e assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos educação Pré- Escolar e de ensino fundamental mantidos pelo Município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I – Fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar, transferidos à conta do PNAE;

II – Promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos in natura;

III - Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

IV – Receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas ao PNAE encaminhados pelo Município.

Art. 2º - O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I – Um representante do Poder Executivo , indicado pelo Prefeito Municipal que será o Presidente;

II – um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;

III- Dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares;

IV – Um representante de outro segmento da sociedade local.

§ 1º - Cada efetivo do CAE terá um suplente da mesma categoria representada;

§ 2º - A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes será feita por decreto do Prefeito para o prazo de 2 (dois ) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez;

§ 3º - No caso de ocorrência de vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

Art .4º - O exercício do mandato de Conselheiro do CAE será gratuito e constituirá serviço público relevante.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 5º - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 6º - O Programa de Alimentação Escolar será executado com :

- I – Recursos próprios do Município consignados no orçamento anual;
- II - Recursos transferidos pela União e pelo Estado;
- III – Recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais;

Art. 7º - Sem prejuízo das competências estabelecidas na Legislação Federal pertinente, o funcionamento, a forma e o quorum para as deliberações do CAE, bem como as suas demais competências, serão definidas pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 765/96 de 16/12/96.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,  
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO  
ANO DOIS MIL (02 – 08- 2000)

***Ver. JOAQUIM JUSTO RIBEIRO***

***Presidente da Câmara***

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 08-08-2000, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes

At. Legislativo